

A LEITURA: UMA PRÁTICA DISCURSIVA*

Ercília Ana Cazarin**

Resumo: Este texto aborda a questão da leitura, na perspectiva teórica da análise do discurso, com filiação em Pêcheux, que entende que é nas operações de recortar, de extrair, de deslocar, de confrontar que se constitui o dispositivo mais particular de leitura. Essa prática de leitura é por ele designada de leitura-trituração. A partir desse entendimento, analiso um texto de natureza midiática, procurando evidenciar a leitura como um processo de produção de sentidos; essa concepção requer o reconhecimento de que o sujeito-leitor, o sujeito-autor e os sentidos são historicamente determinados. Requer também que se reconheça que ler é sempre um gesto de interpretação que se constitui no momento crítico de uma relação entre autor/texto/leitor. Este não reconhece sentidos, não preenche lacunas, e sim, interpelado pela posição-sujeito que o afeta, instaura seu próprio trabalho discursivo, (des)construindo o texto lido e atribuindo sentidos que não necessariamente são aqueles esperados pelo autor.

Palavras-chave: leitura; interpretação; sentido.

A leitura que fazemos objetiva explicitar como a emergência de um texto pode trazer à tona sentidos já existentes no âmbito do interdiscurso. Para tanto, nos ancoramos em uma abordagem discursiva, salientando que a Análise do Discurso (AD) com filiação em Pêcheux, mesmo não sendo uma teoria diretamente aplicável à sala de aula, tem muito a contribuir para o aprofundamento das concepções de leitura, de escrita e de interpretação, o que, sem dúvida, pode nos ajudar a pensar a respeito das práticas de leitura, exercidas no cotidiano escolar.

O texto em análise corresponde a uma fotopotoca¹, produzida pelo cartunista Marco Aurélio e publicada no jornal Zero Hora, em 20 de julho do corrente (2005), de ora em diante denominado T1; o mesmo está sendo concebido como um texto de

* Uma primeira versão deste texto foi apresentada no Congresso internacional linguagem e interação, realizado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, de 22 a 25 de agosto de 2005.

** Professora do Departamento de Estudos de Linguagem, Arte e Comunicação da Universidade do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ. Doutora em Letras. E-mail: <erciliac@unijui.tche.br>.

¹ Fotopotoca é um termo próprio da área da Comunicação Social. Cartum fotográfico. Aproveitamento, em outro contexto, pela inserção de balões com diálogos humorísticos, de fotos (já publicadas ou não pela imprensa) ou de gravuras antigas. Esse gênero de humor foi lançado com o nome de *fotofocas* em 1963, na revista *O Cruzeiro*, e passou a *fotopotocas* (denominação que se consagrou) quando começou a ser publicado em revistinha especial.

natureza midiática que entrecruza o campo do humor com o do político. Nele, o autor “atribui” à atriz Regina Duarte o enunciado TÔ COM MEDO... DE NOVO!

Embora o objeto de estudo da AD seja o discurso, é o texto que se constitui como unidade de análise. Mais precisamente, é através de uma dispersão de textos que se chega ao discurso. Ao analisar um texto, levam-se em conta não apenas os elementos lingüísticos, pois o mesmo é afetado pela exterioridade que lhe é constitutiva e que, embora não transparente, se reflete na/pela materialidade da língua.

Para melhor compreender do que estamos tratando quando nos referimos à materialidade da língua, recorremos a Pêcheux (1988, p. 91). Este escreve que não se trata de negar a língua como um sistema de signos lingüísticos, mas de compreendê-la como base material para que o discurso ocorra. Ela está nem na língua, nem a fala de Saussure, mas situa-se entre ambas, em um lugar particular, porém social. Há uma mudança de paradigma em relação ao objeto de estudo da lingüística imanente e da análise do discurso (AD) – a língua (objeto de estudo da lingüística), em AD, se materializa no discurso. A noção de língua, na perspectiva da AD, difere daquela da perspectiva saussuriana. Entre as diferenças, é significativo o modo como cada uma delas trata da estrutura da língua.

Quando Saussure (1995, p. 21) elabora a dicotomia língua/fala, afirma que esta última “é sempre individual e dela o indivíduo é sempre senhor”; dissocia-a, portanto, do histórico-social. E mais: ao separar a língua da fala e, ao eleger a primeira como objeto de estudo, deixa de lado, dentre outras coisas, o sujeito que enuncia – sua teoria não tem espaço para o sujeito enunciador. Segundo Indursky (1998, p. 112-13), o sujeito da lingüística não passa de um lugar na estrutura da frase.

Já, em AD, a materialização da língua pressupõe um sujeito que enuncia não na sua individualidade, e sim afetado pelo inconsciente e pela ideologia. O sujeito da AD é um sujeito inscrito na história, e o sistema lingüístico é concebido como um sistema significante, capaz de falhas que, para significar o que lhe é próprio, é afetado pelo real da história (pela contradição) – é um sistema “pensado” no funcionamento da língua, com homens falando no mundo (ORLANDI, 2001, p. 40). Nesse sentido, a dispersão, a contradição, a incompletude, a falha, o equívoco constituem o real da língua e tanto o imaginário quanto o real são intermediados pelo simbólico. O real é aquilo que não pode ser dito pela língua (pelo sistema), mas é apreendido pela discursividade, isto é, pela ordem do simbólico; esta é a representação do real da língua pela linguagem; o real se opõe ao simbólico e vice-versa.

O real da língua, segundo Milner (1989), consiste na impossibilidade de se dizer tudo na língua, mas também é aquilo que lhe é mais próprio. Observamos,

então, que o real da língua pode ser tomado como a língua em funcionamento, no qual há espaço para o possível e para o impossível. Este não está fora da língua; o impossível é apenas aquilo que não é aceito pelo sistema lingüístico; é o que o sistema não comporta, mas que nele emerge, isto é, na língua. Dizendo diferentemente: o acesso ao impossível se dá pelo possível – é no possível que se pode apreender o ponto da “falha, do equívoco, etc. – costuma-se dizer que ‘as palavras faltam’...” (LEANDRO FERREIRA, 2000, p. 26). “O equívoco aparece como o ponto em que o impossível (lingüístico) chega a unir-se com a contradição (histórica) – esse é o ponto de encontro em que a língua toca a história” (GADET e PÊCHEUX, 1984, p. 63-64).

Entendemos que a partir de como a noção de língua é concebida, a direção que damos às práticas de leitura e de escrita pode ser uma ou outra; na nossa compreensão, essa noção implica uma direção metodológica do nosso fazer pedagógico, tanto em relação ao tratamento que damos à leitura como à escritura de textos.

Pautar a prática da leitura e da interpretação a partir dessa concepção nos leva a conceber essa prática como um processo de produção de sentidos, isto é, como um gesto de interpretação do sujeito que lê/interpreta. Para efeitos de análise, recorreremos a dois questionamentos realizados por Pêcheux em *O discurso: estrutura ou acontecimento* (1990, p. 317-18): 1º “se a análise do discurso se quer uma (nova) maneira de ‘ler’ as materialidades escritas e orais, que relação nova ela deve construir entre a leitura, a interlocução, a memória e o pensamento?; 2º) o que é interpretação nesse processo?”

Como resposta a essas indagações, esse autor (op. cit., p. 54) escreve que um discurso deve ser analisado a partir da rede de memória e do trajeto social em que tem origem, mas que é preciso considerar a possibilidade de *(des)estruturação-(re)estruturação* dessa rede e desse trajeto. Segundo ele, a interpretação é possível porque há o *outro* nas sociedades e na história. É com esse *outro* que se estabelece uma relação de ligação, de identificação ou de transferência que possibilita a interpretação. É nesse sentido que o interdiscurso funciona como o “lugar” do outro. Essa relação permite que as “filiações históricas possam se organizar em memórias e as relações sociais em redes de significantes”. Pêcheux (1981), no Colóquio sobre “Materialidades Discursivas”, realizado em abril de 1980, enfatizava que “o exterior de um discurso deve ser pensado não como um além de uma fronteira, mas como um aqui, sem fronteiras assinaláveis, como a presença-ausência, eficácia do outro dentro do mesmo sentido”. Esse autor salientava o fato de que “é nas operações de recortar, de extrair, de deslocar, de confrontar que se constitui o dispositivo mais

particular de leitura”. Um trabalho de leitura, nessa perspectiva, conduz, segundo ele, “a dar lugar ao inconcebível em um duplo gesto: conceber claramente o concebível para mostrar o inconcebível”, isto é, regular um sistema e um intradiscurso e destruir a homogeneidade imaginária dos mesmos. Essa prática de leitura é por ele designada de *leitura-trituração*.

Ler constitui-se, assim, em uma prática social que mobiliza o interdiscurso, conduzindo o leitor, enquanto sujeito histórico, a inscrever-se em uma disputa de interpretações. Este desestabiliza sentidos já dados, daí o efeito de inconsistência de todo e qualquer texto, que se caracteriza como uma heterogeneidade provisoriamente estruturada. *Ler*, escreve Indursky (2001), “é mergulhar em uma teia discursiva invisível construída de já-ditos para desestruturar o texto e (re)construí-lo, segundo os saberes da posição-sujeito em que se inscreve o sujeito-leitor”. Na prática da leitura, o sujeito-leitor vai ocupar uma posição-sujeito em relação àquela ocupada pelo sujeito-autor, identificando-se ou não com ele. A leitura constitui-se, então, como momento crítico de uma relação entre autor / texto / leitor; e a interpretação é possível porque há o *outro* nas sociedades e na história. É com esse *outro* que se estabelece uma relação de ligação, de identificação ou de transferência que possibilita a interpretação (PÊCHEUX, 1990, p. 54). Esse mesmo autor (op. cit., p. 57) escreve que os momentos de interpretação são atos que surgem como tomadas de posição, reconhecidas como tais. Essas tomadas de posições do sujeito são entendidas como *gestos de interpretação*, por sua vez, já marcados pela história e pela ideologia. Na análise, para compreendermos os sentidos que um texto pode produzir, interessa levar em conta que a língua significa porque a história nela intervém; é um sujeito social e histórico que interpreta, daí a determinação da interpretação. “O gesto de interpretação é o lugar em que se tem a relação do sujeito com a língua. Esta é a marca da ‘subjativação’, o traço da relação da língua com a exterioridade” (ORLANDI, 1996, p. 45-78).

Apresentados os principais pressupostos teóricos que sustentam a leitura/análise que realizamos neste texto, passamos a ela, tendo presente que o analista de discurso também não é isento do gesto de interpretação.



No caso de *TÔ COM MEDO... DE NOVO!*, o texto requer que reconheçamos o gesto de interpretação daquele que o produz, que lhe dá o “formato”, bem como as condições de produção em que o referido texto é produzido. Procurando melhor explicitar isso, valemo-nos do que escreve Pêcheux (1999, p. 52) no sentido de que a memória discursiva, em AD, seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os pré-construídos, os elementos citados e relatados, os discursos transversos, etc. Esse entendimento nos possibilita compreender que o texto em questão faz ressoar um discurso-outro, presente no interdiscurso e que, ainda que ressignificado, funciona como um pré-construído que faz eco nos sentidos que o T1 possibilita produzir. Refiro-me aqui a um outro enunciado, proferido por Regina Duarte e veiculado no segundo turno da campanha eleitoral de 2002, na qual Serra e Lula concorriam à Presidência da República; na época, o dizer dessa atriz inscrevia-se em uma posição de sujeito que abrigava os saberes dos artistas que não queriam que o PT chegasse ao governo. Observemos o referido texto:

– Estou com medo. O Brasil corre o risco de perder a estabilidade. Não dá para jogar tudo na lata do lixo. O Serra eu conheço, sei o que vai fazer. O outro eu achava que conhecia. Isso dá medo na gente. Medo da inflação desenfreada de 80% ao mês.

No momento em que essa atriz, em cadeia nacional de TV, enuncia esse texto, por nós tomado como efeito fundador dessa discursividade e, para efeitos de análise, designado como T2, imediatamente, outros enunciados, de diferentes

posições de sujeito, emergem na horizontalidade do discurso, quer se contrapondo ou se aliando ao discurso dessa posição de sujeito. Ou seja, naquelas condições de produção, tão logo o referido enunciado foi atualizado, o mesmo passou a trabalhar tanto no discurso da formação discursiva que abrigava a posição-sujeito em que essa atriz estava inscrita, como em sua exterioridade. Atestando essa movimentação de saberes, apresentamos dois enunciados proferidos na época, contrapondo-se à posição-sujeito assumida por Regina Duarte:

Estou chocada com o uso do terrorismo, com o uso do medo numa eleição para Presidente da República do meu país. A eleição vai passar. O Brasil continua. E quero dizer que ver um candidato que precisa aterrorizar a população brasileira em vez de se calçar em suas próprias virtudes para tentar se eleger não merece o meu respeito, não merece a minha confiança. E, no meu entender, não mereceria jamais ser Presidente da República. (Paloma Duarte, no horário eleitoral gratuito em rede nacional de TV, 16/10/2002)

[...] Ela está com medo das atrizes mais novas da Globo [...] (Lula, em comício durante a campanha de 2002)

Tão logo é veiculado esse enunciado, proferido por Lula, um outro a ele vem se contrapor:

[...] Eu tenho medo. Medo de não poder dizer que estou com medo. Tenho medo de alguém que recorre às ofensas pessoais e profissionais, como último reduto da falta de argumentos. Mas não tenho medo das atrizes mais jovens. (Beatriz Segall, In ZH, 19/10/2002)

O T2 também trabalhou no discurso do humor. Dentre tantos outros, citamos uma tira de Rekern, publicada em ZH - 18/10/2002, na qual a legenda era a seguinte: “Regina Duarte... Quem diria? De namoradinha a assustadinha do Brasil!!!”, texto esse que também aponta para o passado, pois reatualiza a memória do dizer e faz com que, como leitores, voltemos à época em que essa atriz era designada como “a namoradinha do Brasil”.

Quando do pronunciamento de Lula, por ocasião da vitória na eleição de 2002, o T2 volta a fazer eco:

... Ontem o Brasil votou para mudar. A esperança venceu o medo e o eleitorado decidiu por um novo caminho para o país... (27/10/2002)

Os fragmentos de discurso recém citados reativam a *memória do dizer*, isto é, todos rememoram o enunciado no T2 - *Estou com medo! O Brasil corre o risco de perder a estabilidade...* - proferido por Regina Duarte. Esse enunciado, ao longo desses anos, não cessa de trabalhar.

Um outro exemplo é também uma fotopotoca, na qual Marco Aurélio, no jornal ZH de 16/04/2004, em sua coluna “A semana passada a limpo”, atribuiu à Regina Duarte o enunciado “Continuo com MEDO!...”



O objetivo de estarmos a apresentar enunciados que o texto em análise rememora é enfatizar que o mesmo faz ecoar discursos *já ditos*, isto é, retoma enunciados assertados e formulados em outro lugar e em outra conjuntura histórico-social, fazendo com que os mesmos, através de uma *ressonância interdiscursiva de significação* (SERRANI, 1993), atualizem-se na horizontalidade do discurso.

Na análise que estamos realizando, que sentidos, então, poderíamos produzir a partir do T1? Na nossa compreensão, é necessário levar em conta que o mesmo foi veiculado no campo do discurso do humor, mas que se reveste de uma forte conotação política; há também que se levar em conta que as condições de produção são outras, ou seja, T1 foi veiculado em um momento de grandes dificuldades do governo Lula, tendo em vista o esquema de corrupção que assola não só o PT como a cúpula do referido governo. Importa também notar que o enunciado *TÔ COM MEDO... DE NOVO!* não foi proferido pela referida atriz, e sim, pelo viés do discurso do humor, é a ela “atribuído”. Além disso, os sentidos que podemos produzir, como leitores do texto em pauta, dependerão também do imaginário que fizermos do “lugar social”

em que estivermos inscritos, o qual nos afeta e nos leva a produzir aquilo que, para nós leitores, se apresenta como “o sentido”. É aí que podemos compreender o efeito de inconsistência de todo o texto e também do sentido, pois as palavras não têm um sentido *a priori*. “As palavras, expressões, proposições, etc. adquirem sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam” (PÊCHEUX, 1988, p.160).

No texto em análise, ressoa/faz eco não só o enunciado por Regina Duarte em 2002, mas todos os outros que o retomaram ao longo desses anos. O que estou entendendo como fazendo “eco”, em AD, pode também ser tomado como *o retorno do mesmo no outro*, atestando a incompletude de todo e qualquer discurso, tanto pela discursividade anterior como pela futura – o processo, que já vinha sendo discursivizado, gera efeitos de sentido pontuais, mas também provoca nova discursividade. Note-se que quando escrevemos que o discurso ecoa/ressoa, não necessariamente se trata de um sujeito enunciativo que tenha a intenção/o controle de trazer o referido discurso para o fio do seu, isto é, para o intradiscurso; o discurso ressoa porque está disperso na memória do dizer – no interdiscurso.

Em AD, a leitura e, por conseguinte, a interpretação constituem-se como práticas sociais que mobilizam a memória do dizer (o interdiscurso). A noção de “memória discursiva”, introduzida na teoria da AD por Courtine (1981, p. 49-53), é entendida no sentido de que toda a produção discursiva acontece numa conjuntura dada e coloca em movimento formulações anteriores já enunciadas. Courtine encontra em Foucault (1972) a sustentação para a noção de “memória discursiva”. Segundo Foucault (op. cit.),

a configuração de um campo enunciativo comporta também formas de coexistência. Estas delineiam inicialmente um campo de presença (... todos os enunciados já formulados alhures e que são retomados em um discurso a título de verdade admitida, de descrição exata, de raciocínio fundado ou de pressuposto necessário; [...] também os que são criticados, discutidos e julgados, e os que são rejeitados ou excluídos); [...]. Finalmente, o campo enunciativo comporta o que se poderia chamar domínio de memória (trata-se dos enunciados que não são mais nem admitidos nem discutidos, que não definem mais, em consequência, nem um corpo de verdades nem um domínio de validade, mas em relação aos quais se estabelecem laços de filiação, gênese, transformação, continuidade e descontinuidade histórica). (op. cit., p. 72-73)

Pêcheux (1999, p. 49-57), do mesmo modo que Courtine, salienta que a memória que interessa para a AD não é a “memória individual”, mas aquela que

entrecruza os sentidos da memória mística, da memória social, inscrita em práticas e da memória construída do historiador. A memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os pré-construídos, os elementos citados e relatados, os discursos transversos, etc. de que sua leitura necessita: “a condição do legível em relação ao próprio legível”. Segundo ele,

uma memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricas e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização [...]. Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos. Todo o discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sociohistóricas de identificação, na medida em que ele se constitui, ao mesmo tempo, como um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço: não há identificação plenamente bem sucedida. (PÊCHEUX, 1990, p. 56)

É no interdiscurso que o sujeito enunciador “busca” os objetos (enunciados) que incorpora no intradiscurso. Observemos: *Estou com medo... > Continuo com medo! > Tô com medo... de novo!*, dentre tantos outros. Essa característica lacunar do discurso tem a ver com a alteridade constitutiva do dizer, mas também com *o novo vir a ser* do discurso – é ela que possibilita falar em dispersão, deslocamento, deslizamento, reinscrição, ressignificação, reatualização de saberes.

Isso nos leva a entender que os discursos, conforme Courtine e Marandin (1981, p. 28), “se repetem, ou melhor, há repetições que fazem discursos”; ou, ainda, como escreve Serrani (1993, p. 47), estar-se-ia aí diante de uma paráfrase discursiva, entendida como uma *ressonância interdiscursiva de significação*. Segundo essa autora, “as paráfrases ressoam significativamente na verticalidade do discurso e concretizam-se na horizontalidade da cadeia, através de diferentes realizações lingüísticas”.

Em relação aos efeitos de sentido, notemos que o *medo* anunciado em 2002 tinha uma estreita relação com o “desejo” de não permitir que o PT chegasse ao poder; no texto ora em análise, poderíamos entender que o “desejo” é salientar que os saberes da posição-sujeito em que Regina Duarte estava inscrita não eram infundados, tinham razão de ser. Entretanto, na nossa compreensão, outros efeitos

de sentido também são possíveis. Para compreendê-los, vale lembrar que em 2002, o *medo* era o “medo do PT”, “medo de a inflação disparar”, “medo do vermelho do comunismo”, “medo da reforma agrária”, “medo do despreparo acadêmico do candidato”, isto é, naquelas condições de produção, reacendia-se o preconceito que esse partido enfrentou nos primeiros anos de sua história. Já, “TÔ COM MEDO... DE NOVO!” nos conduz a outros efeitos de sentido: o medo da corrupção instaurada, em especial, no partido que dá sustentação ao governo Lula; o medo da instabilidade política... Portanto, outra conjuntura histórico-social, outros sentidos são possíveis ou, no mínimo, sentidos são ressignificados. Na nossa interpretação, o T1 funciona como um texto humorístico que materializa fortemente o enfrentamento entre posições de sujeito que politicamente se contrapõem. Observemos que, mesmo em condições de produção distintas, podemos compreender “o dizer” dessa atriz e os enunciados a ela “atribuídos” como inscritos em uma mesma posição-sujeito, contrária aos da posição-sujeito que abriga os saberes do PT.

No caso em análise, o T1 funciona como o “vir a ser” em relação à discursividade instaurada em 2002, mas, como se trata de um processo discursivo, aponta para um novo *devoir*, produzindo, portanto, a possibilidade do múltiplo e a compreensão da incompletude do texto e, conseqüentemente, do discurso – o fechamento de um texto ou de um discurso é da ordem da ilusão necessária. Um exemplo desse novo *devoir* pode ser o pronunciamento de um deputado do PFL na CPI dos Correios, em 20/07/2005, no qual fazem eco o enunciado por Regina Duarte em 2003, o primeiro pronunciamento de Lula, após a vitória, bem como todos os que a eles se seguiram.

... a esperança venceu o medo, mas eu nunca esperava que a corrupção fosse vencer a esperança [...] eu queria que a esperança vencesse o medo. Eu queria mesmo, queria muito. Eu não queria que a corrupção estivesse vencendo a esperança... (Moroni Torgan, PFL do Ceará)

O pronunciamento desse deputado é aí atravessado pela memória do dizer que intervém como um *discurso transversal* que irrompe no cruzamento de discursos, sob outra formulação – um discurso que, segundo Pêcheux (1988, p. 156), provém do interdiscurso e, em regra, “aparece” de forma não explícita – “um elemento irrompe no enunciado do sujeito enunciativo do discurso como se tivesse sido pensado antes, em outro lugar, independentemente”. Em síntese, é uma espécie de “presença-ausente”, efeito da não linearidade e da dispersão dos discursos e dos sujeitos. E

esse entrecruzamento de discursos vai determinar a elaboração de novos sentidos, transformações, sentidos que deslizam, que se ressignificam. Essa ressignificação do dizer aponta para o escrito por Foucault (1972) no sentido de que um enunciado,

ao mesmo tempo que surge em sua materialidade, aparece com um estatuto, entra em redes, coloca-se em campos de utilização, oferece-se a transferências e a modificações possíveis, integra-se em operações e em estratégias em que sua identidade se mantém ou se apaga. (op.cit., p. 131- 32)

Em relação a esse movimento de produção de sentido, também interessa o que escreve Rodriguez (1998, p. 47-58). Essa autora enfatiza que a noção de interpretação mobiliza diretamente uma definição do papel do sujeito na constituição dos sentidos. Os sentidos são produzidos por sujeitos inscritos na história, “num processo simbólico duplamente afetado pelo inconsciente e pela ideologia”, daí se poder compreender que, apesar de o papel do sujeito ser determinante na constituição dos sentidos, esse processo “escapa ao seu controle consciente e às suas intenções”. Assim pensar na produção de sentidos como um processo simbólico (inconsciente) de produção de interpretações do real e do próprio sujeito, determinado por condições históricas (ideológicas) específicas, significa pensar que os sentidos podem mudar, pois as sociedades podem ser outras e as políticas são contingentes.

Em síntese, os sujeitos não estão fora da interpretação e, por conseguinte, da história. Importa, então, no processo de leitura, compreender como o sujeito-leitor, ao ler, desconstrói a estabilidade do texto e dos sentidos esperados pelo sujeito-autor – desconstrói para reconstruir, de acordo com os saberes próprios ao “lugar social” em que está inscrito. É nesse processo, que intervém a ideologia e o inconsciente como constitutivos do dizer.

No caso de práticas de leitura no âmbito escolar, ao professor, na nossa compreensão, não caberia o papel de atribuir sentido(s) aos textos apresentados aos alunos, mas de explicitar, aos mesmos, o modo como um objeto simbólico produz sentidos, o que resulta, conforme Orlandi (1996, p. 64), em saber que o sentido sempre pode ser outro, mas também não pode ser qualquer um, pois não dá para ler o que o texto não nos permite. Essa prática possibilitaria que os alunos compreendessem como, através de textos, podemos chegar a discursos e como estes, ao funcionarem de uma maneira e não de outra, produzem sentidos. Parafraseando Indusky (2001), diríamos que o papel do professor seria de, através de práticas de leitura de diferentes gêneros textuais, instaurar, na sala de aula, um processo de

desconstrução do texto pelo sujeito-leitor; desconstrução que permite a produção de um novo texto, não necessariamente com os mesmos sentidos esperados pelo sujeito-autor.

Voltemos ao T1: *TÔ COM MEDO... DE NOVO!*. Quem de nós, sujeitos familiarizados com a escrita e com a leitura, não o associaria àquele enunciado por Regina Duarte, no segundo turno da campanha presidencial de 2002 e que, desde então, vem sendo retomado/parafraseado por diferentes discursos? É essa compreensão da ressonância discursiva do já-dito e das relações parafrásticas, por nós estabelecidas, que nem todos os alunos têm facilidade de estabelecer, uma vez que como escreve Orlandi (op.cit., p. 66-67), “as condições de interpretação não são iguais para todos, pois o conhecimento é distribuído de forma desigual”, inclusive na Escola. Esta, em regra, só trabalha a interpretação a partir da leitura de textos que circulam na modalidade escrita, “esquecendo” da interpretação de textos veiculados através de outras formas que não sejam aquelas já cristalizadas no âmbito escolar.

Concluindo, diríamos que o exercício de leitura que aqui apresentamos procurou enfatizar que o sujeito-leitor, ao produzir leituras, o faz determinado pelo imaginário do “lugar social” em que se inscreve. É esse *lugar* que o lança em um processo histórico de interpretação e de disputa na produção de sentidos, ou seja, os sentidos se produzem como gestos de interpretação. É essa interpretação singular, mas marcada pela historicidade que, para quem lê/ouve/interpreta, se apresenta como “o sentido”.

REFERÊNCIAS

COURTINE, Jean Jacques. Quelques problèmes théoriques et méthodologiques en analyse du discours; à propos du discours communiste adressé aux chrétiens. *Langages*, n. 62, juin. 1981.

COURTINE, Jean Jacques; MARANDIN, Jean Marie. Quel objet pour l'analyse de discours? In: **Matérialités discursives**: Actes du Colloque, avril, 1980, Paris X. Nanterre Lille: Presses universitaires de Lille, 1981.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Petrópolis: Vozes, 1972.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. **La lengua de nunca acabar**. Traducido por Beatriz Job. México: Fondo de Cultura Económica, 1984.

INDURSKY, Freda. O sujeito e as feridas narcísicas dos lingüistas. **Gragoatá**, Niterói, RJ: EdUFF, n. 5, 1998.

_____. Da heterogeneidade do discurso à heterogeneidade do texto e suas implicações no processo da leitura. In: ERNST-PEREIRA, Aracy; FUNCK, Susana Bornéo (Orgs.). **A leitura e a escrita como práticas discursivas**. Pelotas: Educat, 2001.

LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. **Da ambigüidade ao equívoco**: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

MILNER, Jean-Claude. **Introduction à une science du langage**. Paris: Éditions du Seuil, 1989.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes, 2001.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi et.al. Campinas: UNICAMP, 1988 [1975].

_____. La frontière absente (um bilan). In: **Matérialités discursives**: colloque des 24, 25, 26 avril 1980, Université Paris X – Nanterre. Lille: Presses Universitaires, 1981.

_____. **O discurso**: estrutura ou acontecimento? Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 1990.

_____. Papel da memória. Tradução de José Horta Nunes. In: ACHARD, Pierre et al. **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999.

RODRIGUEZ, Carolina. Sentido, interpretação e história. In: ORLANDI, Eni P. (Org.). **A leitura e os leitores**. Campinas: Pontes, 1998.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de lingüística geral**. 20. ed. São Paulo: Cultrix, 1995.

SERRANI, Silvana M. **A linguagem na pesquisa sociocultural**: um estudo da repetição na discursividade. Campinas: UNICAMP, 1993.

FONTES

Jornais:

Zero Hora, RS – 18/10/2002; 19/10/2002; 16/04/2004; 20/07/2005.

Outros:

Pronunciamento de Regina Duarte no Horário Eleitoral Gratuito, 15/10/2002.

Pronunciamento de Paloma Duarte, no horário eleitoral gratuito em rede nacional de TV, 16/10/2002.

Pronunciamento de Lula em comício, outubro/2002.

Pronunciamento de Lula, 27/10/2002.

Pronunciamento de Moroni Torgan na CPI dos Correios, 20/07/05.

Recebido em 11/09/05. Aprovado em 31/01/06.

Title: Reading: a discursive practice

Author: Ercília Ana Cazarin

Abstract: The present text approaches the issue of reading from the perspective of discourse analysis, following Pêcheux, who believes that it is in the moves of cutting, extracting, dislocating, and confronting that the most particular reading mechanism occurs. Such a reading practice is called by Pêcheux “milling-reading”. From that perspective I analyse a mediatic text, in an attempt to demonstrate that reading is a meaning-production process. Such a conception requires a view of the reader, the author, and the meanings as historically determined. It also implies a view of reading as a gesture of interpretation, constituted in the critical moment of a relation between author/text/reader. The reader does not recognize meanings, does not fill in gaps, rather, through the interpellation of his subject-position, he carries out his own discursive work, (de)constructing the text and ascribing meanings that are not necessarily those expected by the author.

Keywords: reading; interpellation; meaning.

Titre: La lecture: une pratique discursive

Auteur: Ercília Ana Cazarin

Résumé: Ce texte traite de la lecture, selon la perspective théorique de l'analyse du discours, qui s'inscrit dans la pensée de Pêcheux. Selon lui, c'est dans les opérations de recouper, d'extraire, de disloquer, de confronter qui s'effectue le dispositif le plus propre à la lecture. Cette pratique de lecture est désignée par Pêcheux comme lecture-trituration. À partir de cette compréhension, j'analyse un texte de nature médiatique, cherchant à mettre en évidence la lecture comme un procès de production de sens; cette conception requiert la reconnaissance de ce que le sujet-lecteur, le sujet-auteur et les sens sont historiquement déterminés. Elle demande aussi que la lecture soit toujours un geste d'interprétation qui se constitue dans le moment critique d'une relation entre auteurD texteD lecteur. Le lecteur ne reconnaît pas de sens, ne remplit pas de lacunes, mais dès qu'il est interpellé par la position-sujet qui l'affecte, il instaure son propre travail discursif, en (dé)construisant le texte lu et en lui attribuant des sens qui ne sont pas nécessairement ceux qui étaient attendus par l'auteur.

Mots-clés: lecture; interprétation; sens.

Título: La lectura: una práctica discursiva

Autor: Ercília Ana Cazarin

Resumen: En este texto se hace un abordaje acerca de la cuestión de la lectura, desde una perspectiva teórica del análisis del discurso, que se inscribe en el pensamiento de Pêcheux. Según este autor, de las operaciones de recortar, de extraer, de desubicar, de confrontar resulta el dispositivo más particular de la lectura. A tal práctica de lectura le confiere Pêcheux la designación de “lectura-trituración”. Desde esa comprensión, analizo un texto de naturaleza mediática, buscando poner en evidencia la lectura como un proceso de producción de sentidos; dicha concepción requiere el reconocimiento de que el sujeto-lector, el sujeto-autor y los sentidos se determinan históricamente. Asimismo requiere que la lectura sea siempre una actitud de interpretación que se constituye al momento crítico de una relación entre autor/texto/lector. El lector no reconoce sentidos, no rellena huecos, sino – interpelado por la posición-sujeto que lo afecta –, instaura su propia labor discursiva: (des)construye el texto leído y le atribuye sentidos que no son necesariamente aquellos esperados por el autor.

Palabras-clave: lectura; interpretación; sentido.